



**EDITAL DE CONVOCAÇÃO**  
**ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA E ORDINÁRIA**  
**CNPJ 09.244.973/0001-40 – NIRE 28400003621**

O Presidente da COOPERATIVA DE CRÉDITO RURAL ASCOOB COOPEC, inscrita no CNPJ nº 09.244.973/0001-40, no uso das atribuições que lhe confere o Estatuto Social, CONVOCA seus associados, que nesta data totalizam 998 (novecentos e noventa e oito) em condições de votar, para se reunirem em ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA E ORDINÁRIA, a ser realizada no dia 31 de março de 2019, na Escola Estadual Epifânio Dória, localizada à Rua José Emídio dos Santos, 180, Bairro Fazendinha, Poço Verde/SE, CEP 49490-000, por possuir melhor acomodação para um elevado número de associados, obedecendo aos seguintes horários e quórum para instalação: em primeira convocação, às **07:00 (sete)** horas, com a presença mínima de 2/3 (dois terços) do número dos associados em condições de votar; em segunda convocação, às **08:00 (oito)** horas, com metade mais um dos associados em condições de votar; e, em terceira e última convocação, às **09:00 (nove)** horas, com o mínimo de 10 (dez) associados em condições de votar, para deliberarem sobre a seguinte Ordem do Dia:

**ORDEM DO DIA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA:**

1. Alteração de Mudança de endereço;
2. Alteração da razão social;
3. Reforma estatutária;
4. Aprovação de Regimento Eleitoral;
5. Aprovação da Política de Sucessão;
6. Ratificação da Política de Compliance;

**ORDEM DO DIA DA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA:**

1. Prestação de Contas da Administração referente ao exercício de 2018, compreendendo o Relatório de Gestão, o Balanço Patrimonial, os Demonstrativos das Sobras ou Perdas Apuradas, as Notas Explicativas das Demonstrações Contábeis, o Parecer do Conselho Fiscal, Parecer da Auditoria Independente e demais peças contábeis, todos em relação a 31 de dezembro de 2018;
2. Destinação das sobras ou perdas apuradas no exercício de 2018;
3. Fixação de honorários, gratificações e cédulas de presença da Diretoria, Conselho de Administração e Conselho Fiscal;
4. Aprovação do Plano de atividades para o exercício 2019.

**Observações:**

As demonstrações contábeis de encerramento de exercício, acompanhadas do respectivo relatório de auditoria estarão disponíveis aos cooperados na sede da cooperativa a partir do dia 19/03/2019 na forma de boletim próprio sistêmico impresso e também em versão eletrônica no endereço [www.sistemaascoob.com.br](http://www.sistemaascoob.com.br). Os demais relatórios resultantes da auditoria externa encontram-se mantidos à disposição dos associados que os demandarem na sede da Cooperativa.

Poço Verde/SE, 19 de março de 2019.

Fagner dos Santos Araújo  
Diretor Presidente



## BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO

EM REAIS

	31/12/2018	31/12/2017
<b>ATIVO</b>		
<b>CIRCULANTE</b>	<b>1.616.624,91</b>	<b>958.858,90</b>
Disponibilidades (Nota 4)	2.638,67	2.245,87
<b>TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS (Nota 5)</b>	<b>308.403,30</b>	<b>129.377,80</b>
Mantidos em Carteira Até o Vencimento	308.403,30	129.377,80
<b>RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS (Nota 6)</b>	<b>385.075,40</b>	<b>96.860,98</b>
Pagamentos e Recebimentos a Liquidar	923,10	0,00
Centralização Financeira - Cooperativas	384.152,30	96.860,98
<b>OPERAÇÕES DE CRÉDITO (Nota 7)</b>	<b>813.148,56</b>	<b>712.909,20</b>
Setor Privado	912.961,10	773.488,47
(-) Provisão para Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa	-99.812,54	-60.579,27
<b>OUTROS CRÉDITOS (Nota 8)</b>	<b>107.358,98</b>	<b>17.465,05</b>
Diversos	109.066,05	17.717,78
(-) Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa	-1.707,07	-252,73
<b>NÃO CIRCULANTE</b>	<b>281.659,10</b>	<b>219.916,84</b>
<b>Realizável a longo Prazo</b>	<b>198.589,80</b>	<b>166.130,56</b>
<b>OPERAÇÕES DE CRÉDITO (Nota 7)</b>	<b>198.589,80</b>	<b>166.130,56</b>
Setor Privado	198.589,80	166.130,56
<b>PERMANENTE</b>	<b>83.069,30</b>	<b>53.786,28</b>
<b>INVESTIMENTOS (Nota 9)</b>	<b>42.394,99</b>	<b>21.582,30</b>
<b>Participações em Coligadas e Controladas</b>	<b>42.394,99</b>	<b>21.582,30</b>
Participações em Cooperativas	42.394,99	21.582,30
<b>IMOBILIZADO OPERACIONAL</b>	<b>40.674,31</b>	<b>32.203,98</b>
Outras Imobilizações de Uso	58.282,40	41.382,40
(Depreciações Acumuladas)	-17.608,09	-9.178,42
<b>TOTAL DO ATIVO</b>	<b>1.898.284,01</b>	<b>1.178.775,74</b>



## BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO

### EM REAIS

<b>PASSIVO</b>		
<b>CIRCULANTE</b>	<b>1.259.974,99</b>	<b>713.846,78</b>
<b>DEPÓSITOS (Nota 10)</b>	<b>865.561,77</b>	<b>500.107,30</b>
Depósitos à Vista	102.259,22	113.981,42
Depósitos a Prazo	763.302,55	386.125,88
<b>RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Serviços de Compensação de Cheques e Outros Papéis	0,00	0,00
<b>OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMO (Nota 12)</b>	<b>259.889,89</b>	<b>171.615,30</b>
Empréstimos no País - Outras Instituições	259.889,89	171.615,30
<b>RELAÇÕES INTERDEPENDÊNCIAS (Nota 11)</b>	<b>75,77</b>	<b>157,00</b>
Recursos em Trânsito de Terceiros	75,77	157,00
<b>OUTRAS OBRIGAÇÕES</b>	<b>134.447,56</b>	<b>41.967,18</b>
Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados	1.259,39	880,11
Sociais e Estatutárias	21.056,47	10.422,48
Fiscais e Previdenciárias	802,39	805,10
Diversas (Nota 13)	111.329,31	29.859,49
<b>NÃO CIRCULANTE</b>	<b>16.574,18</b>	<b>12.406,94</b>
<b>PASSIVO EXIGÍVEL A LONGO PRAZO</b>	<b>16.574,18</b>	<b>12.406,94</b>
<b>OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMO</b>	<b>16.574,18</b>	<b>12.406,94</b>
Empréstimos no País - Outras Instituições	16.574,18	12.406,94
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO (Nota 14)</b>	<b>621.734,84</b>	<b>452.522,02</b>
<b>Capital</b>	<b>446.677,00</b>	<b>364.892,00</b>
De Domiciliados no País	446.677,00	364.892,00
Reservas Legal	98.445,00	35.223,44
Reservas para Expansão	12.532,92	0,00
Sobras ou Perdas Acumuladas	64.079,92	52.406,58
<b>TOTAL DO PASSIVO</b>	<b>1.898.284,01</b>	<b>1.178.775,74</b>



## DEMONSTRAÇÃO DE SOBRAS OU PERDAS

### EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

EM REAIS

DISCRIMINAÇÃO	31/12/2018	31/12/2017
<b>RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA</b>	<b>489.852,33</b>	<b>355.365,51</b>
- Operações de Crédito	480.676,75	344.329,44
- Operações com Títulos e Valores Mobiliários	3.917,76	5.449,12
- Depósitos Intercooperativos	5.257,82	5.586,95
<b>DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA</b>	<b>-118.231,82</b>	<b>-93.011,26</b>
- Operações de Captação no Mercado	-23.954,19	-27.659,27
- Operações de Empréstimos e Repasses	-31.565,25	-28.777,81
- Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	-62.712,38	-36.574,18
<b>(10 - 15) RESULTADO BRUTO INTERM. FINANCEIRA</b>	<b>371.620,51</b>	<b>262.354,25</b>
<b>OUTROS RECEITAS/DESPESAS</b>	<b>-264.917,34</b>	<b>-175.386,69</b>
- Receitas de Prestação de Serviços (Nota 15)	63.458,12	46.919,57
- Receitas de Tarifas Bancárias	40.995,38	25.787,54
- Despesas de Pessoal (Nota 16)	-124.330,65	-94.062,89
- Despesas Administrativas (Nota 17)	-166.203,95	-135.505,00
- Depreciação	-8.429,67	-5.459,25
- Despesas Tributárias	-6.025,57	-2.184,62
- Outras Receitas (Nota 18)	4.684,17	15.620,36
- Outras Despesas (Nota 19)	-69.065,17	-26.502,40
<b>Resultado antes Tributação</b>	<b>106.703,17</b>	<b>86.967,56</b>
Imposto de Renda (IRPJ) e Contribuição Social (CSLL)	-242,30	-350,66
<b>SOBRAS/PERDAS EXERCÍCIO</b>	<b>106.460,87</b>	<b>86.616,90</b>
<b>PARTICIPAÇÕES ESTATUTÁRIAS NO LUCRO (893)</b>	<b>-42.584,35</b>	<b>-34.646,76</b>
- Fundo de Reserva 30%	-31.938,26	-25.985,07
- FATES 10%	-10.646,09	-8.661,69
<b>SOBRAS/PERDAS EXERCÍCIO</b>	<b>63.876,52</b>	<b>51.970,14</b>



## DEMONSTRAÇÃO DE MUTAÇÕES DO PATRIMONIO LÍQUIDO

EXERCÍCIO FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

EM REAIS

DEMONSTRATIVO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO ANO 2018						
MUTAÇÕES/CONTAS	Capital Social	Reserva Capital	Reserva Legal	Fundo de Expansão	Sobras a Disposição AGO	TOTAL
<b>Saldo Exercício Anterior</b>	<b>364.892,00</b>	<b>0,00</b>	<b>35.223,44</b>	<b>0,00</b>	<b>52.406,58</b>	<b>452.522,02</b>
Destinação Sobras Anteriores ou perdas rateadas	0,00	0,00	31.181,60	21.224,98	-52.406,58	0,00
Rateio de Perdas Exercícios Anteriores	0,00	0,00	0,00	-8.692,06	339,00	-8.353,06
Integralização de Capital	118.039,00	0,00	0,00	0,00	0,00	118.039,00
Baixas de Capital	-36.254,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-36.254,00
Sobras ou perdas do exercício (Nota 14)	0,00	0,00	0,00	0,00	106.460,87	106.460,87
Destinações para reservas (Nota 14)	0,00	0,00	32.039,96	0,00	-32.039,96	0,00
Destinações Fates (Nota 14)	0,00	0,00	0,00	0,00	-10.679,99	-10.679,99
<b>Saldo Exercício Atual</b>	<b>446.677,00</b>	<b>0,00</b>	<b>98.445,00</b>	<b>12.532,92</b>	<b>64.079,92</b>	<b>621.734,84</b>

DEMONSTRATIVO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO ANO 2017						
MUTAÇÕES/CONTAS	Capital Social	Reserva Capital	Reserva Legal	Fundo de Expansão	Sobras a Disposição AGO	TOTAL
<b>Saldo Exercício Anterior</b>	<b>258.107,00</b>	<b>0,00</b>	<b>4.742,60</b>	<b>0,00</b>	<b>4.277,55</b>	<b>267.127,15</b>
Destinação Sobras Anteriores ou perdas rateadas	0,00	0,00	4.277,55	0,00	-4.277,55	0,00
Rateio de Perdas Exercícios Anteriores	0,00	0,00	0,00	0,00	727,40	727,40
Integralização de Capital	122.087,00	0,00	0,00	0,00	0,00	122.087,00
Baixas de Capital	-15.302,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-15.302,00
Sobras ou perdas do exercício (Nota 14)	0,00	0,00	0,00	0,00	86.616,90	86.616,90
Destinações para reservas (Nota 14)	0,00	0,00	26.203,29	0,00	-26.203,29	0,00
Destinações Fates (Nota 14)	0,00	0,00	0,00	0,00	-8.734,43	-8.734,43
<b>Saldo Exercício Atual</b>	<b>364.892,00</b>	<b>0,00</b>	<b>35.223,44</b>	<b>0,00</b>	<b>52.406,58</b>	<b>452.522,02</b>



## **NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017 EM REAIS**

### **NOTA 1 - CONTEXTO OPERACIONAL**

A Cooperativa de Crédito Rural - ASCOOB Copec (ASCOOB Coopec) – É uma cooperativa de crédito singular, instituição financeira não bancária, sociedade de pessoas de natureza civil, sem fins lucrativos e não sujeita a falência. A Cooperativa de Crédito Rural – ASCOOB Coopec, foi credenciada pelo Banco Central do Brasil a integrar o Sistema Financeiro Nacional e está autorizada a operar em Crédito Rural, sendo integrante do Sistema Nacional de Crédito Rural. Iniciou suas atividades em 03/12/2007, sendo seu atual endereço à Avenida São José Nº07, Santa Cruz, Poço Verde - SE.

A ASCOOB Coopec tem como atividade preponderante, a operar na área creditícia, tendo como finalidade proporcionar através de mutualidade, assistência financeira aos associados, na formação educacional dos mesmos, no sentido de fomentar o cooperativismo, através de ajuda mútua, da economia sistemática e do uso adequado do crédito.

A ASCOOB COOPEC, em conjunto com outras cooperativas, é filiada à Cooperativa Central de Crédito da Agricultura Familiar e Economia Solidária – ASCOOB CENTRAL, que representa o grupo formado por suas filiadas perante as autoridades monetárias, organismos governamentais e Cooperativas privadas.

### **NOTA 2 - APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

As demonstrações financeiras foram elaboradas, e estão sendo apresentadas, na forma da legislação societária e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, especificamente aquelas aplicáveis às entidades cooperativas, as disposições das Leis nº 4.595/1964 e 5.764/1971, associadas às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN), Banco Central do Brasil (BACEN) e do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). Foram adotados os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC homologados pelos órgãos

**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES  
FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017  
EM REAIS**

reguladores relacionados ao processo de convergência contábil internacional que não conflitaram com a regulamentação do CMN e BACEN, quais sejam:

- CPC 00 (R1) - Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro - homologado pela Resolução CMN nº 4.144/12.
- CPC 01 (R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos - homologado pela Resolução CMN nº 3.566/08.
- CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa - homologado pela Resolução CMN nº 3.604/08. Não afetou as demonstrações financeiras da cooperativa.
- CPC 05 (R1) - Divulgação de Partes Relacionadas - homologado pela Resolução CMN nº 3.750/09.
- CPC 10 (R1) - Pagamento Baseado em Ações - homologado pela Resolução CMN nº 3.989/11.
- CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro – homologado pela Resolução CMN nº 4.007/11.
- CPC 24 - Evento Subsequente - homologado pela Resolução CMN nº 3.973/11.
- CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes - homologado pela Resolução CMN nº 3.823/09.
- CPC 33 - Benefícios a Empregados CMN nº 4424/15.
- Pronunciamento Conceitual Básico (R1) - Estrutura Conceitual para Elaboração e divulgação de Relatório Contábil-Financeiro - homologado pela Resolução CMN nº 4.144/12.

Com base no art. 1º, parágrafo único da Resolução 3.604/2008, a Cooperativa não elaborou ou publicou a Demonstração dos Fluxos de Caixa, uma vez que seu patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2018 foi inferior a R\$ 2.000.000.00.

A divulgação dessas demonstrações financeiras foi autorizada pela diretoria em 29 de janeiro de 2019

**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES  
FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017  
EM REAIS**

**NOTA 3 - PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS**

As principais políticas contábeis adotadas na elaboração dessas demonstrações financeiras estão apresentadas a seguir:

**(a) Apuração do resultado**

O resultado é apurado de acordo com o regime de competência, que estabelece que as receitas e as despesas devam ser incluídas na apuração do resultado do período em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento.

As operações com taxas prefixadas são registradas pelo valor de resgate, e as receitas e despesas correspondentes ao período futuro são apresentados em conta redutora dos respectivos ativos e passivos. As receitas e as despesas de natureza financeira são contabilizadas pelo critério *pro rata* dia e calculadas com base no modelo exponencial.

De acordo com a Lei nº 5.764/1971, o resultado é segregado e apresentado em atos cooperativos, aqueles praticados entre as cooperativas e seus associados ou pelas cooperativas entre si, para a consecução de seus objetivos sociais e atos não cooperativos, aqueles que importam em operações com terceiros não associados.

**Demonstração do Resultado com Ato Não Cooperativo**

<b>Descrição</b>	<b>31.12.2018</b>	<b>31.12.2017</b>
Receita com Ato não Cooperativo	757,20	1.095,82
Custo com ato Não Cooperativo	-	-
Resultado com atos Não cooperativos	757,20	1.095,82
<b>Tributos com ato Não Cooperativo</b>	<b>242,30</b>	<b>350,66</b>



**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES  
FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017  
EM REAIS**

O resultado de atos não cooperativos é imaterial e por essa razão não estão sendo apresentados na demonstração de sobras ou perdas.

As cooperativas estão sujeitas à tributação pelo Imposto de Renda (IR) e Contribuição Social (CSLL) quando auferirem resultados positivos em atos não cooperativos. Nesses casos, a provisão é constituída com base nas alíquotas vigentes, considerando as adições e exclusões e a compensação de prejuízos fiscais e de base negativa de CSLL limitados a 32% do lucro tributável.

**(b) Disponibilidades**

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa e depósitos bancários de curto prazo e de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valor.

**(c) Títulos e valores mobiliários**

Refere-se a aplicação em quotas de fundos de renda fixa, as quais são registradas pelo seu valor justo na data de fechamento.

**(d) Instrumentos financeiros derivativos**

A Cooperativa não possui instrumentos financeiros derivativos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017.

**(e) Relações interfinanceiras - centralização financeira**

Os recursos captados pela Cooperativa, não investidos em suas atividades são centralizados através de repasse interfinanceiro para a ASCOOB CENTRAL, os quais são por ela utilizados para aplicações financeiras de baixo risco. Essas operações são caracterizadas como atos cooperativos pela Lei nº 5.764/71, que define a política nacional de cooperativismo.

**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES  
FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017  
EM REAIS**

**(f) Operações de crédito**

As operações prefixadas foram registradas pelo valor futuro, retificadas pela conta de rendas a apropriar, e as operações pós-fixadas, pelo valor presente, atualizadas *pro rata temporis* até a data do balanço.

**(g) Provisão para créditos de liquidação duvidosa (PCLD)**

Constituída em montante julgado suficiente pela administração para cobrir eventuais perdas na realização de créditos a receber, leva em consideração a análise das operações em aberto, das garantias existentes e dos riscos específicos apresentados na carteira, e fundamentada na análise das operações, considerando

a conjuntura econômica, a experiência passada, os riscos específicos e globais das carteiras.

Em conformidade com a Resolução nº 2.682/99 do Conselho Monetário Nacional (CMN), a Cooperativa classificou as operações de crédito considerando o risco individual de cada devedor. A classificação considerou a qualidade do devedor e da operação, incluindo aspectos como: fluxo de caixa, situação econômico-financeira do devedor e setor, grau de endividamento, administração, histórico do devedor, garantias, eventuais atrasos, entre outros.

A administração classifica os devedores em nove níveis, sendo "AA" o risco mínimo e "H" o risco máximo. Adicionalmente, também são considerados os períodos de atraso estabelecidos pela referida Resolução para atribuição dos níveis de classificação dos clientes, da seguinte forma:

**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES  
FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017  
EM REAIS**

<b>Período de atraso</b>	<b>Classificação do cliente</b>
A vencer	AA
Até 15 dias	A
De 15 a 30 dias	B
De 31 a 60 dias	C
De 61 a 90 dias	D
De 91 a 120 dias	E
De 121 a 150 dias	F
De 151 a 180 dias	G
Superior a 180 dias	H

A atualização das operações de crédito vencidas em até 59 dias é contabilizada em receitas de operações de crédito, e a partir do 60º dia, em rendas a apropriar. As operações classificadas como nível "H" permanecem nessa classificação por seis meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas, por cinco anos, em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial.

**(h) Permanente**

Os investimentos estão demonstrados ao custo de aquisição.

O imobilizado de uso está demonstrado ao custo de aquisição. A depreciação do imobilizado de uso é computada pelo método linear, com base nas taxas anuais que levam em consideração a vida útil-econômica dos bens.

Os percentuais de depreciação estão abaixo listados:

**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES  
FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017****EM REAIS**

Imóveis e edificações	4% a.a.
Instalações, móveis e equipamentos e sistemas de segurança	10% a.a.
Sistema de processamento de dados e comunicação	20% a.a.
Veículos	10% a.a.

**(i) Demais ativos circulantes e não circulantes**

Demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias *pro rata* dia incorridos, deduzidos das correspondentes provisões para perdas ou ajuste ao valor de mercado e rendas a apropriar.

**(j) Redução ao valor recuperável de ativo**

O Conselho Monetário Nacional, por meio da Resolução nº 3.566 de 29 de maio de 2008, determinou a adoção do Pronunciamento Técnico CPC 01, do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, referente ao reconhecimento, mensuração e divulgação de redução ao valor recuperável de ativos não financeiros. O referido pronunciamento institui o teste de recuperabilidade de ativos, cujo objetivo é assegurar que os ativos não estejam registrados contabilmente por um valor superior àquele passível de ser recuperado por uso ou por venda. Caso existam evidências claras de que ativos estão avaliados por valor não recuperável no futuro, a entidade deverá imediatamente reconhecer a desvalorização por meio da constituição de provisão para perdas.

O imobilizado e outros ativos não circulantes, são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo. A administração não identificou evidências de perdas não recuperáveis em 31 de dezembro de 2018.

**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES  
FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017**

EM REAIS

**(k) Depósitos**

O valor apresentado nas demonstrações financeiras está acrescido dos juros incorridos até a data de encerramento do exercício, através da aplicação mensal das taxas contratadas para as operações.

São demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram, quando aplicável, os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base *pro rata* dia. Os depósitos a prazo estão classificados no balanço patrimonial considerando sua exigibilidade.

**(l) Obrigações por empréstimos e repasses**

Registradas de acordo com os recursos tomados, sendo atualizados mensalmente de acordo com os juros incorridos no período e liquidações que possam ter ocorrido.

**(m) Provisão para causas judiciais**

Composto basicamente por processos judiciais e administrativos, movidos por terceiros e ex-colaboradores, em ações cíveis e trabalhistas. Essas causas judiciais são avaliadas mensalmente por assessores legais e provisionadas quando o risco de perda é considerado provável.

**(n) Demais passivos circulantes e não circulantes**

Demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, os encargos e as variações monetárias em base *pro rata* dia incorridos, deduzidos das correspondentes despesas a apropriar.

**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES  
FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017  
EM REAIS**

**NOTA 4 – DISPONIBILIDADES**

Esta composta pelo saldo das contas de Caixa (Tesouraria) e Depósitos Bancários, abaixo descritos:

<b>Descrição</b>	<b>31.12.2018</b>	<b>31.12.2017</b>
Caixa Tesouraria	1.892,95	812,93
Bancos	745,72	1.432,94
<b>Total</b>	<b>2.638,67</b>	<b>2.245,87</b>

Na determinação da composição dos itens de caixa e equivalentes de caixa foram considerados os seguintes critérios para classificação dos ativos:

- (a) Ter como finalidade atender a compromissos de curto prazo.
- (b) Possuir conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa.
- (c) Estar exposto a reduzido risco de mudança de valor.
- (d) Ter prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias na data da aquisição.

**NOTA 5 - TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS**

Em 31 de Dezembro de 2018 e 2017, as aplicações em títulos e valores mobiliários da ASCOOB Coopec estavam assim compostas:

**a) Composição dos Títulos e Valores Mobiliários**

**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES  
FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017  
EM REAIS**

<b>Banco / Modalidade</b>	<b>31.12.2018</b>	<b>31.12.2017</b>
Cotas de Curto Prazo - Banese	0,00	65.460,32
Cotas de Fundo de Investimento - CEF	39.610,83	42.600,25
Cotas de Fundo de Investimento - BB	268.792,47	21.317,23
<b>Total</b>	<b>308.403,30</b>	<b>129.377,80</b>

Refere-se à aplicação em quotas de fundo de renda fixa, as quais são registradas pelo valor da cota informado pelos administradores dos fundos investidos, Banco do Brasil, Banese e Caixa econômica Federal na data do Fechamento, que por sua vez investem 100% do seu patrimônio líquido em cotas BB Renda Fixa 500, Caixa FIC Giro MPE Renda Fixa Ref DI Longo Prazo .

A remuneração média da Centralização Financeira no exercício findo em 31 de dezembro de 2018 foi de 72,93 % do CDI. (2017 – 81,03 % do CDI) sendo sua liquidez é imediata. No exercício findo em 31 de dezembro de 2018, a receita apresentada foi de R\$ 3.917,76, (2017 - R\$ 5.449,12), registrada na rubrica Rendas com Título e Valores Mobiliários na demonstração de sobras ou perdas.

**b) Composição das carteiras dos fundos**

<b>Descrição da carteira</b>	<b>Percentual</b>
Fundo de Investimento - BB Renda Fixa 500	100,00
Operações Comp. lastreadas em títulos públicos Federais	69,00
Títulos Públicos Federais	22,00
Depósitos a prazo e outros títulos de instituições financeiras	9,00
Títulos de Crédito Privado	0,00

**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES  
FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017  
EM REAIS**

Operações Compromissadas lastreadas em títulos privados	0,00
Fundo de Investimento - CEF FIC Giro MPE Renda Fixa	100,00
Operações comp. lastreadas em títulos públicos federais	36,34
Títulos públicos federais	58,88
Depósitos a prazo e outros títulos de instituições financeiras	4,76
Outras aplicações	0,02

**NOTA 6 - RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS**

<b>Banco / Modalidade</b>	<b>31.12.2018</b>	<b>31.12.2017</b>
Centralização Financeira - Ascoob Central	292.444,56	67.227,12
Centralização Financeira – SPB	91.707,74	29.633,86
<b>Total</b>	<b>384.152,30</b>	<b>96.860,98</b>

A remuneração média da Centralização Financeira Ascoob Central no exercício findo em 31 de dezembro de 2018 foi de 80% do CDI (2017 – 80% do CDI). A remuneração média da Centralização Financeira SPB no exercício findo em 31 de dezembro de 2018 foi de da 97,45% do CDI (2017 – 97,82% do CDI). No exercício findo em 31 de dezembro de 2018, a receita apresentada foi de R\$ 5.257,82 (2017 - R\$ 5.586,95), registrada na rubrica receita de intermediação financeira - Depósitos intercooperativos, na demonstração de sobras ou perdas.



**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES  
FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017  
EM REAIS  
NOTA 7 - OPERAÇÕES DE CRÉDITO**

**a) Composição da carteira de Operações de Crédito**

Operações de Crédito por Modalidade	Circulante	Não Circulante	31.12.2018	31.12.2017
			Total	Total
Adiantamento a Depositante	837,64	0,00	837,64	376,32
Empréstimos	507.320,21	142.817,56	650.137,77	641.997,05
Financiamentos	216.929,19	26.497,10	243.426,29	144.947,08
Financiamentos Rurais	187.874,06	29.275,14	217.149,20	152.298,58
<b>Saldo da Carteira</b>	<b>912.961,10</b>	<b>198.589,80</b>	<b>1.111.550,90</b>	<b>939.619,03</b>
(-) Provisões	=	=	<u>(99.812,54)</u>	<u>(60.579,27)</u>
<b>Operações de Crédito</b>	-	-	<b>1.011.738,36</b>	<b>879.039,76</b>

A remuneração média no exercício findo em 31 de dezembro de 2018 das operações de recursos próprios e repasses é de 43,24% ao ano, proporcionando uma receita de R\$ 480.676,75 (2017 - R\$ 344.329,44, com remuneração média de 36,64%), registrado na rubrica operações de crédito das demonstrações de sobras ou perdas.

**b) Composição da Carteira de Crédito por Nível de Risco:**

Risco	%	Composição 31.12.2018	Provisões 31.12.2018	Composição 31.12.2017	Provisões 31.12.2017
A	0,5	701.021,82	3.505,11	678.632,65	(3.393,16)
B	1	81.466,89	814,67	96.469,70	(964,70)
C	3	119.258,05	3.577,74	51.868,56	(1.556,06)
D	10	62.980,10	6.298,01	36.568,72	(3.656,87)

**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES  
FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017  
EM REAIS**

E	30	45.386,84	13.616,05	23.698,30	(7.109,49)
F	50	52.451,22	26.225,61	11.540,46	(5.770,23)
G	70	8.187,27	5.731,09	8.880,48	(6.216,34)
H	100	40.798,71	40.798,71	31.960,16	(31.960,16)
<b>Totais</b>		<b>1.111.550,90</b>	<b>100.566,99</b>	<b>939.619,03</b>	<b>(60.627,01)</b>

**c) Créditos Baixados como Prejuízo (Baixados e Recuperados)**

Em conformidade com a Resolução no 2.682/99 (CMN), artigo 11, III, os montantes de operações renegociadas, lançadas contra prejuízo e recuperadas de prejuízo estão assim compostos:

<b>Descrição</b>	<b>31.12.2018</b>	<b>31.12.2017</b>
Saldo Inicial 31.12.2017	39.237,91	17.926,62
Valores Transferidos para Prejuízo no Período	56.649,98	46.762,71
Valores Recuperados no Período	(38.690,25)	(25.451,42)
<b>Total em 31.12.2018</b>	<b>57.197,64</b>	<b>39.237,91</b>

**NOTA 8 - OUTROS CRÉDITOS**

Os valores registrados nesta conta referem-se a importâncias cuja escrituração não existe contas específicas e são controladas analiticamente, conforme quadro abaixo:

**Diversos:**

<b>Descrição</b>	<b>31.12.2018</b>	<b>31.12.2017</b>
Adiantamento de Viagem	584,00	-
Adiantamento a Fornecedores	2.310,00	-
Títulos e Créditos a Receber(1)	97.142,05	17.667,78

**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES  
FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017  
EM REAIS**

Devedores Diversos (2)	9.030,00	50,00
(-)Provisão para outros Créditos de Liquidação Duvidosa	(1.707,07)	(252,73)
<b>Total</b>	<b>107.358,98</b>	<b>17.465,05</b>

(1) Concessão de Crédito Cartão Cabal;

(2) Pendências Operacionais a regularizar.

**NOTA 09 - INVESTIMENTO**

Demonstrado pelo custo de aquisição, menos as depreciações acumuladas. As depreciações são calculadas pelo método de cotas constantes e está conforme abaixo:

<b>Descrição</b>	<b>31/12/2018</b>	<b>31/12/2017</b>
Cotas na ASCOOB Central	41.794,99	20.982,30
Cotas na Base de Serviços – BASER SEAL	600,00	600,00
<b>Total</b>	<b>42.394,99</b>	<b>21.582,30</b>

Participação, em 2018, referente a 1,83% (2017 – 1,35%) do capital social da ASCOOB CENTRAL

**NOTA 10 - DEPÓSITOS**

**Depósitos à vista** - correspondem aos numerários de livre movimentação contidos nas contas correntes dos associados, os quais não são remunerados.

**Depósitos à prazo** - são os valores contidos em conta de aplicação financeira dos associados os quais são remunerados mensalmente conforme a política de captação da ASCOOB Coopec.

**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES  
FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017  
EM REAIS**

**Depósitos:**

Descrição	31.12.2018	31.12.2017
Depósitos à Vista	102.259,22	113.981,42
Depósitos à Prazo	763.302,55	386.125,88
<b>Total</b>	<b>865.561,77</b>	<b>500.107,30</b>

As despesas com captação do exercício findo em 31 de dezembro de 2018 foram de R\$ 23.954,19 e o percentual médio de remuneração foi de 3,14% (2017 - R\$ 27.659,27 o percentual médio de remuneração foi de 7,16%), registrada na rubrica “Despesas de Intermediação Financeira – Operações de captação no mercado” na Demonstração de sobras ou perdas.

**NOTA 11 - RELAÇÕES INTERDEPENDÊNCIA**

Descrição	31.12.2018	31.12.2017
Cartão Cabal - Recebimento Compras Débito	75,77	-
Recarga de Celular a Faturar	-	157,00
<b>Total</b>	<b>75,77</b>	<b>157,00</b>

**NOTA 12 - OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS**

Descrição	Circulante	Não Circulante	31.12.2018	31.12.2017
			Total	Total
Outras Instituições (COGEFUR)	112.694,79	16.574,18	129.268,97	93.105,68
Recurso Ascoob Central	147.195,10	-	147.195,10	90.916,56
<b>Total</b>	<b>259.889,89</b>	<b>16.574,18</b>	<b>276.464,07</b>	<b>184.022,24</b>

**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES  
FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017  
EM REAIS**

Os valores captados junto a outras instituições e órgãos oficiais escrituram-se segundo a natureza das operações, com vencimento até 03 de maio de 2020. Os encargos financeiros são calculados pro rata, tomando-se por base juros que variam de 7,2 a 14,04% ao ano, incidentes sobre o saldo devedor. No exercício findo em 31 de dezembro de 2018, a taxa média dos encargos referente aos empréstimos tomados foi 7,20% ao ano (2017 – 7,44% ao ano), representando uma despesa em 2018 de R\$ 31.565,25 (2017 - R\$ 28.777,81), lançada na rubrica “Despesas de intermediação financeira - operações de empréstimos e repasses” na demonstração de sobras ou perdas.

**NOTA 13 - OUTRAS OBRIGAÇÕES - DIVERSAS**

<b>Descrição</b>	<b>31.12.2018</b>	<b>31.12.2017</b>
Provisão Férias	1.713,13	855,72
Outras Contingências - (Multa junto a Receita Federal) (1)	5.000,00	5.000,00
Seguro Prestamista	6.857,98	6.815,03
Credores Diversos (2)	4.811,17	974,58
Cartão Cabal - Compras(3)	92.947,03	16.214,12
<b>Total</b>	<b>111.329,31</b>	<b>29.859,45</b>

(1)- Cooperativa avaliou a existência de passivos relacionados a causas judiciais com probabilidade de perda considerada como provável, sendo constituída provisão por Processo Administrativo Fiscal junto a Receita Federal por multa devido a envio em atraso da declaração DIMOF, a cooperativa entrou com recurso que ainda não foi deferido;

(2)- Pendências operacionais em conta transitória a regularizar;

(3)-Valores Cartão Cabal a pagar - Compras débito e crédito.

**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES  
FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017  
EM REAIS**

**NOTA 14 - PATRIMÔNIO LÍQUIDO**

**(a) - CAPITAL SOCIAL**

O Capital Social está composto pela participação de 969 associados, (2017 – 888 associados), representando o valor total de R\$ 446.677,00, (2017 – R\$ 364.892,00).

**(b) – RESERVAS**

O fundo de reserva das cooperativas de crédito é constituído de acordo com o artigo 28, inciso I, da Lei no 5.764, de 16 de dezembro de 1.971, e é destinado a compensar perdas e a atender ao desenvolvimento de suas atividades. Deve ser Constituído com 10%, pelo menos das sobras líquidas apuradas no exercício, podendo ser aumentado se deliberado por Assembleia Geral Extraordinária e homologado por meio de Estatuto Social. Para a ASCOOB Coopec, o percentual utilizado é de 30% (2017 - 30%), das sobras líquidas apuradas no exercício social findo em 31 de dezembro de cada ano, conforme Estatuto Social.

**(c) FATES**

De acordo com artigo 28, inciso I, da Lei no 5.764, de 16 de dezembro de 1971, as cooperativas de crédito estão obrigadas a constituir o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social (FATES), destinado à prestação de assistência aos associados, seus familiares e, quando previsto nos estatutos, aos empregados da Cooperativa, constituído de 5%, pelo menos das sobras líquidas apuradas no exercício, podendo ser aumentado se deliberado por Assembleia Geral Extraordinária e homologado por meio de Estatuto Social. Para a ASCOOB Coopec, o percentual utilizado é de 10% (2017 - 10%) das sobras líquidas apuradas no exercício social findo em 31 de dezembro de cada ano, conforme Estatuto Social.

**(d) - SOBRES OU PERDAS NO PERÍODO**

As sobras no período foram de R\$ 106.460,87, (cento e seis mil, quatrocentos e sessenta reais e oitenta e sete centavos) onde R\$ 50.766,97 foram sobras do primeiro semestre e R\$ 55.693,90 foram Sobras do segundo semestre:

**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES  
FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017  
EM REAIS**

Descrição	Percentual	Valor – R\$
FATES	10%	(10.679,99)
Reserva Legal	30%	(32.039,96)
1. Total das Destinações =>		<b>(42.719,95)</b>
2. Sobras Totais do Exercício =>		106.460,87
3. Saldo de anos anteriores =>		339,00
<b>Sobras totais à disposição da AGO =&gt;</b>		<b>64.079,92</b>

**NOTA 15 - RECEITA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS**

Descrição	31.12.2018	31.12.2017
Rendas de Pacotes de Serviços	50.651,79	37.670,66
Rendas de Outros Serviços	12.806,33	9.248,91
<b>Total</b>	<b>63.458,12</b>	<b>46.919,57</b>

A composição das Rendas de Outros Serviços de R\$ 12.806,33, fica assim evidenciada: R\$ 3.379,24 refere-se a Rendas com Outras Tarifas de Serviços, R\$ 1.338,64 Rendas com Boleto de Cobrança, R\$ 5.123,27 de Rendas de Seguros a Associados, R\$ 2.965,18 refere-se a Rendas com Cartão de Crédito.

**NOTA 16 - DESPESAS DE PESSOAL**

Descrição	31.12.2018	31.12.2017
Proventos	22.767,37	22.797,20
Encargos Sociais	25.638,39	21.484,71

**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES  
FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017  
EM REAIS**

Honorários da Diretoria e Cédulas de Presença	65.408,32	46.766,68
Treinamento	9.339,57	2.414,30
Remuneração de Estagiários	1.177,00	600,00
<b>Total</b>	<b>124.330,65</b>	<b>94.062,89</b>

**NOTA 17 - DESPESAS ADMINISTRATIVAS**

<b>Descrição</b>	<b>31.12.2018</b>	<b>31.12.2017</b>
Água, energia e gás	3.042,81	1.643,98
Aluguéis	13.400,00	200,00
Comunicações	10.202,96	4.016,39
Manutenção e Conservação	7.333,60	1.552,60
Material	6.399,62	5.341,40
Processamento de Dados	14.230,06	30.565,10
Promoções e Relações Públicas	470,00	4.447,33
Publicações	8.791,12	400,00
Seguros	1.733,36	590,96
Serviços do Sistema Financeiro	14.697,40	15.944,15
Serviços de Terceiros	45.437,68	44.650,77
Serviços Técnicos Especializados	6.056,70	6.532,16
Transportes	10.432,18	10.814,83
Viagens	5.706,32	2.316,63
Outras Despesas Administrativas(1)	18.270,14	6.488,70
<b>Total</b>	<b>166.203,95</b>	<b>135.505,00</b>



**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES  
FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017  
EM REAIS**

(1) - O total de R\$ 18.270,14 de Outras Despesas Administrativas refere-se a R\$ 1.589,57 de Despesas de estadia e transporte Conselho de Administração, R\$ 2.615,65 de Despesas com Assembleias Gerais, R\$ 10.953,55 de Despesas de Consulta SPC/Serasa, R\$ 212,37 de Despesas com Cartório, R\$2.365,00 Despesas com Treinamento, R\$ 50,00 Despesas com Exame Ocupacional e R\$ 484,00 Despesas com Uniformes.

**NOTA 18 - OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS**

<b>Descrição</b>	<b>31.12.2018</b>	<b>31.12.2017</b>
Recuperação de Créditos Baixados a Prejuízo	4.065,04	13.689,03
Recuperação de encargos e despesas	-	92,75
Outras Receitas Operacionais	619,13	1.838,58
<b>Total</b>	<b>4.684,17</b>	<b>15.620,36</b>

**NOTA 19 - OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS**

<b>Descrição</b>	<b>31.12.2018</b>	<b>31.12.2017</b>
Disp. Pis Pasep s/ Faturamento	34,78	43,93
Disp. Desc. Conc. Renegociações	18.585,91	11.452,06
Disp. de Atualização de Impostos	-	14,72
Outras Despesas Operacionais(1)	50.444,48	14.991,69
<b>Sub-Total</b>	<b>69.065,17</b>	<b>26.502,40</b>

(1) - O total de R\$ 50.444,48 de Outras Despesas Operacionais, refere-se a R\$ 1.772,91 de Outras Despesas Operacionais, R\$ 6.083,40 de Despesas com Fundo Sistêmico, R\$ 310,00 de Despesas com bens de uso durável, R\$ 5.280,00 de Despesas com Mensalidades, R\$ 680,51 de Despesas de Copa e Cozinha, R\$ 30.381,99 Rateio de Custos Confederação, R\$1.452,59 Despesas com Internet Banking, R\$ 3.475,74 de Despesas Cartão Cabal ,R\$ 228,14 de Despesas de Multas Indedutíveis e R\$ 779,20 de Despesas com DOC/TED.

**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES  
FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017  
EM REAIS**

**NOTA 20 – TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS**

As transações com partes relacionadas referem-se a saldos de depósitos (à vista e à prazo) e Operações de Crédito mantidas na Cooperativa por seus administradores (diretores e conselheiros), assim como a remuneração recebida pelo pessoal-chave da administração, isto é, pessoas que têm autoridade e responsabilidade de planejar, dirigir e controlar as atividades da Cooperativa, inclusive diretores e executivos da mesma.

Incluem-se na remuneração todos os benefícios de curto prazo e pós-emprego concedidos pela Cooperativa ao pessoal-chave da administração, em troca dos serviços que lhe são prestados.

As operações de crédito e captações de recursos com partes relacionadas foram contratadas em condições semelhantes às praticadas com terceiros, vigentes nas datas das operações.

<b>Descrição</b>	<b>31.12.2018</b>	<b>31.12.2017</b>
Depósitos à vista Pessoas físicas	1.628,51	2.430,00
Depósitos à prazo Pessoas físicas	38.938,35	14.721,00
Operações de Crédito	24.189,29	21.106,00
Remuneração de empregados e administradores - pessoas-chave	65.408,32	46.766,68

Os saldos mantidos com a parte relacionada CENTRAL Ascoob são:

<b>Descrição</b>	<b>31.12.2018</b>	<b>31.12.2017</b>
Centralização Financeira – cooperativas	384.152,30	96.860,98
Remuneração da Centralização Financeira	5.257,82	5.588,95

**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES  
FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017  
EM REAIS**

Obrigações por empréstimos e repasses	147.195,10	90.916,56
Despesas com operações de empréstimos e repasses	8.262,61	13.262,00

**NOTA 21 – ÍNDICES DE BASILÉIA E DE IMOBILIZAÇÃO**

As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem manter, permanentemente, valor de Patrimônio de Referência (PR), apurado nos termos da Resolução CMN no 4.192, de 1º de março de 2013, compatível com os riscos de suas atividades, sendo apresentado abaixo o cálculo dos limites:

<b>Limites Operacionais</b>	<b>31.12.2018</b>	<b>31.12.2017</b>
Patrimônio de Referência (PR)	621.734,84	452.522,02
Patrimônio de Referência exigido	183.365,46	94.948,00
Limite do PR (sobra ou insuficiência)	438.369,38	357.574,02
Índice de Basileia	40,69%	50,04%
Imobilizado para cálculo do limite	41.274,31	32.803,98
Índice de imobilização (limite 50%) - %	6,64	7,25%

**NOTA 22 - ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS CONTÁBEIS CRÍTICOS**

Na elaboração das demonstrações financeiras é necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. As demonstrações financeiras da Cooperativa incluem, portanto, estimativas calculadas referentes ao valor justo de ativos financeiros, seleção das vidas úteis do ativo imobilizado, provisões necessárias para causas judiciais, determinações de provisões para imposto de renda e outras similares. Os resultados reais podem apresentar variações em relação às estimativas.

**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES  
FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017  
EM REAIS**

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

Com base em premissas, a Cooperativa faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. A principal estimativa e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo período, é a provisão para créditos de liquidação duvidosa (PCLD), a qual é calculada conforme descrito na Nota 3 (g)

**NOTA 23 – ESTRUTURA DE GERENCIAMENTO DE RISCOS**

A Cooperativa gerencia os riscos e incertezas dos seus negócios com base em diretrizes e regulamentações locais.

O principal objetivo da gestão de riscos é a identificação e monitoramento de ameaças a que os negócios estão sujeitos, principalmente em períodos ou situações desfavoráveis.

Para a administração, gerir riscos é a forma mais eficiente para a manutenção de uma rentabilidade sustentada e positiva.

**(a) Risco de crédito**

O gerenciamento do risco de crédito da Cooperativa é realizado por uma estrutura cuja atuação visa controlar e prevenir a exposição das operações da Cooperativa aos riscos provenientes do não cumprimento de obrigações contratadas pelo tomador de crédito (inadimplência).

**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES  
FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017  
EM REAIS**

**(b) Risco de mercado e risco de liquidez**

A estrutura de gerenciamento de riscos de mercado e liquidez é compatível com a natureza das operações, com a complexidade dos produtos e serviços oferecidos e é proporcional à dimensão da exposição aos riscos. Também é responsável pelo controle de todo o processo de avaliação das flutuações das condições de mercado e por monitorar o equilíbrio entre pagamentos (passivos) e recebimentos (ativos), através de critérios de cálculo e limites de exposição determinados pelo Sistema Cresol, de forma a garantir a capacidade de pagamento da Cooperativa. Os critérios levam em consideração as diferentes moedas, índices e prazos de liquidação.

Os sistemas, os modelos e os procedimentos são avaliados anualmente por equipes de auditoria interna. Os resultados apresentados nos relatórios de auditoria são utilizados para corrigir, adaptar e promover melhorias no gerenciamento dos riscos de mercado e liquidez.

**(c) Risco operacional**

O processo de gerenciamento de riscos operacionais consiste na avaliação qualitativa dos riscos, por meio das etapas de identificação, avaliação e tratamento. A estrutura de risco operacional visa proporcionar, além da regularidade com requisitos legais, um alinhamento processual com as diretrizes de controles internos do Sistema Cresol. Essa estrutura coordena e auxilia a gestão das ações de análise, identificação e avaliação de controles e processos, planejando ações corretivas e/ou preventivas para mitigar os riscos.





COOPERATIVA DE CRÉDITO RURAL ASCOOB COOPEC

CNPJ: 09.244.973/0001-40 – NIRE: 28400003621

Avenida São José, 07, Santa Cruz – CEP: 49490-000 – Poço Verde/SE

Fone/Fax: 55 79 3549-1284/ 98815-0900 – Ouvidoria: 0800-643-1981

E-mail: [coopec@sistemaascoob.com.br](mailto:coopec@sistemaascoob.com.br) Site: [www.sistemaascoob.com.br](http://www.sistemaascoob.com.br)

**(d) Risco de capital**

O gerenciamento de capital centralizado consiste em um processo contínuo de monitoramento do capital, e é realizado pelas entidades do Sistema Cresol com objetivo de:

Avaliar a necessidade de capital para fazer face aos riscos que as entidades do Sistema Cresol estão sujeitas;

Planejar metas e necessidades de capital, considerando os objetivos estratégicos das entidades do Sistema Cresol;

Adotar postura prospectiva, antecipando a necessidade de capital decorrente de possíveis mudanças nas condições de mercado;

Adicionalmente, são realizadas também simulações de eventos severos em condições extremas de mercado, com a consequente avaliação de seus impactos no capital das entidades do Sistema Cresol.

Poço Verde – SE, 31 de Dezembro de 2018.

---

Fagner dos Santos Araújo  
Diretor Presidente  
CPF: 015.147.275-01

---

Clérison de Santana Oliveira  
Diretor Administrativo  
CPF: 015.425.715-02

---

Carina Lima Dias  
Contadora - CRC/AL 005764/O  
CPF: 036.351.564-00



COOPERATIVA DE CRÉDITO RURAL ASCOOB COOPEC

CNPJ: 09.244.973/0001-40 – NIRE: 28400003621

Avenida São José, 07, Santa Cruz – CEP: 49490-000 – Poço Verde/SE

Fone/Fax: 55 79 3549-1284/ 98815-0900 – Ouvidoria: 0800-643-1981

E-mail: [coopec@sistemaascoob.com.br](mailto:coopec@sistemaascoob.com.br) Site: [www.sistemaascoob.com.br](http://www.sistemaascoob.com.br)

## RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Ilmos Srs.

Conselheiros, Diretores, Administradores e Cooperados da

**Cooperativa de Crédito Rural ASCOOB COOPEC**

Praça Santa Cruz, s/nº – Centro – Poço Verde – Sergipe

### Opinião:

Examinamos as demonstrações financeiras da **Cooperativa de Crédito Rural ASCOOB COOPEC**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações de sobras e perdas e, das mutações do patrimônio líquido para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

### Opinião com ressalva

Em nossa opinião, exceto pelos possíveis efeitos dos assuntos descritos no parágrafo de base de opinião com ressalva, as demonstrações contábeis acima referidas se apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Cooperativa de Crédito Rural ASCOOB COOPEC**, em 31 de dezembro de 2018 e o desempenho de suas operações para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

### Base de Opinião com ressalva

1. A cooperativa apresenta as seguintes inconsistências:
  - a. Desenquadramento do índice de Concentração Passiva;
  - b. Deficiências na atuação do Conselho Fiscal.





COOPERATIVA DE CRÉDITO RURAL ASCOOB COOPEC

CNPJ: 09.244.973/0001-40 – NIRE: 28400003621

Avenida São José, 07, Santa Cruz – CEP: 49490-000 – Poço Verde/SE

Fone/Fax: 55 79 3549-1284/ 98815-0900 – Ouvidoria: 0800-643-1981

E-mail: [coopec@sistemaascoob.com.br](mailto:coopec@sistemaascoob.com.br) Site: [www.sistemaascoob.com.br](http://www.sistemaascoob.com.br)

2. No decorrer de nossos trabalhos verificamos que a entidade ainda não tinha atendido as exigências do Banco Central do Brasil, Ofício 24180/2018-BCB/Desuc de 30 de novembro de 2018 no tocante ao item 4 do referido Ofício;
3. Também, até o término de nossos trabalhos, não estava concluída as atividades inerentes a Auditoria Cooperativa, de acordo com a Circular 3.799/2016.

## Outros Assuntos

As demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2017, apresentadas para fins de comparabilidade, foram examinadas por outros auditores independentes, emitindo relatório em 26/10/2018, com ressalva.

## Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Cooperativa de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

## Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN, e pelos controles internos, que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Cooperativa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Cooperativa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Cooperativa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.



COOPERATIVA DE CRÉDITO RURAL ASCOOB COOPEC

CNPJ: 09.244.973/0001-40 – NIRE: 28400003621

Avenida São José, 07, Santa Cruz – CEP: 49490-000 – Poço Verde/SE

Fone/Fax: 55 79 3549-1284/ 98815-0900 – Ouvidoria: 0800-643-1981

E-mail: [coopec@sistemaascoob.com.br](mailto:coopec@sistemaascoob.com.br) Site: [www.sistemaascoob.com.br](http://www.sistemaascoob.com.br)

## **Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

**Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:**

1. Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
2. Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Cooperativa.
3. Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
4. Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Cooperativa. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Cooperativa a não mais se manter em continuidade operacional.
5. Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.



COOPERATIVA DE CRÉDITO RURAL ASCOOB COOPEC

CNPJ: 09.244.973/0001-40 – NIRE: 28400003621

Avenida São José, 07, Santa Cruz – CEP: 49490-000 – Poço Verde/SE

Fone/Fax: 55 79 3549-1284/ 98815-0900 – Ouvidoria: 0800-643-1981

E-mail: [coopec@sistemaascoob.com.br](mailto:coopec@sistemaascoob.com.br) Site: [www.sistemaascoob.com.br](http://www.sistemaascoob.com.br)

6. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Porto Alegre, 18 de fevereiro de 2019.

---

**LAURO ÂNGELO CERUTTI**

**Contador Responsável**

**CRC/RS nº 24.899 – CNPC nº 5542**

**Cerutti & Machado Auditores Associados S/S**

**CRC/RS nº 2.526 – CVM nº 4.863**



COOPERATIVA DE CRÉDITO RURAL ASCOOB COOPEC

CNPJ: 09.244.973/0001-40 – NIRE: 28400003621

Avenida São José, 07, Santa Cruz – CEP: 49490-000 – Poço Verde/SE

Fone/Fax: 55 79 3549-1284/ 98815-0900 – Ouvidoria: 0800-643-1981

E-mail: [coopec@sistemaascoob.com.br](mailto:coopec@sistemaascoob.com.br) Site: [www.sistemaascoob.com.br](http://www.sistemaascoob.com.br)

## PARECER DO CONSELHO FISCAL

Nós, do Conselho Fiscal da COOPERATIVA DE CRÉDITO RURAL ASCOOB COOPEC, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, após termos procedido ao exame das demonstrações contábeis relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018 e do relatório de auditoria externa, elaborado pela empresa de auditoria Cerutti & Machado, concluímos que as referidas demonstrações refletem a posição patrimonial e financeira da cooperativa, sobre o qual nos manifestamos favoráveis e recomendamos à Assembleia Geral Ordinária pela sua aprovação.

Poço Verde (SE), 19 de março de 2019.

José Adriano Vicente Ribeiro  
Conselheiro Fiscal Titular

Clécia das Neves Santana  
Conselheiro Fiscal Titular

Felipe Souza Castro  
Conselheiro Fiscal Titular